

BIBLIOTECA
DO
CIDADÃO

O LIVRO NA RUA

Série
Diplomacia
ao alcance
de todos

Coleção
PAÍSES



ESLOVÊNIA

Coleção Divulgação - INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita



Embaixador Gilberto Moura, com o apoio da
Embaixada da Eslovênia em Brasília.

Coordenação, editoração, arte, impressão e acabamento:

Thesaurus Editora de Brasília

SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738

Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

ESLOVÊNIA



Geografia e população

A Eslovênia possui território de 20.273 km², pouco menos do que o Estado de Sergipe. Embora pequeno, o território faz fronteira com quatro países: ao sul e ao leste, com a Croácia; no extremo nordeste, com a Hungria; ao norte com a Áustria e; a oeste, com a Itália. A Eslovênia compreende, também, uma pequena faixa litorânea, de 47 km, que dá ao país acesso ao Mar Adriático.

A Eslovênia situa-se no ponto de encontro de quatro grandes macrorregiões geográficas europeias:

os Alpes, ao norte; o litoral mediterrâneo, no sudoeste; a cadeia dinárica, no sudeste; e a Planície da Panônia, no leste.

A Eslovênia possui população de dois milhões de habitantes, dos quais 83,1% se declararam eslovenos no censo realizado em 2002. O único idioma nacional oficial é o esloveno, língua eslava que utiliza variação do alfabeto latino, incluindo as letras Č, Š e Ž.

História e política

Achados arqueológicos demonstram a existência de assentamentos humanos no território que hoje constitui a Eslovênia desde o período paleolítico. Os povos que viveram no território até o século VII a.C. deixaram um rico patrimônio histórico-arqueológico na região, característico da Idade do Bronze centro-europeia, ou cultura de Hallstatt, cuja rica diversidade é testemunha dos contatos mantidos com regiões distantes, do Mar Báltico ao Oriente Médio.

Entre os séculos IV e III a.C., os Celtas instalaram-se na região onde atualmente se situa a Eslovênia. No século I a.C., toda a região que constitui a atual Eslovênia foi anexada pelo Império Romano. À beira das vias fluviais, os romanos construíram as cidades de Emona (Liubliana), Celeia (Celje) e Poe-

tovio (Ptuj) e uma rede de estradas semelhante à que ainda hoje existe no país. A instalação de militares romanos naquela área estratégica, na entrada da península itálica, norteou o processo de romanização daquele território objeto da cobiça dos povos bárbaros.

Ao final do século VI d.C., populações eslavas, das quais descendem os eslovenos, se instalaram no território que hoje compõe a Eslovênia e estabeleceram uma das primeiras organizações estatais eslavas: o Principado de Carantânia. O principado é famoso pelo precoce caráter democrático do ritual de entronização de seu mandatário. Em uma cerimônia pública, um camponês livre, sentado sobre ruínas de uma coluna romana (chamada de Pedra do Príncipe), interrogava o futuro novo príncipe antes de lhe ceder o trono.

No século VIII, a Carantânia passa a integrar o Império Carolíngio, que difundiu o feudalismo e o Cristianismo, além de substituir os príncipes eslavos por aristocratas francos. A maior parte do território da atual Eslovênia integraria, mais tarde, o Sacro Império Romano e seria, até 1918, parte do Império Austro-Húngaro.

Nos séculos XV e XVI, os eslovenos sofreram frequentes e violentas incursões turcas, organizadas a partir da Bósnia, até onde se estendia o Império

Otomano. Já o século XVIII foi um período de paz e prosperidade na fronteira sudeste do Sacro Império.

Em 1809, as tropas napoleônicas invadiram a maior parte do atual território esloveno, como estratégia para barrar o acesso austríaco ao Mar Adriático. A quase totalidade do atual território esloveno foi integrada, juntamente com parte da Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Montenegro, no que Napoleão chamou de “Províncias Ilíricas”, das quais Liubliana era a capital. Os franceses buscaram instituir, naquelas províncias, as instituições revolucionárias, como o código napoleônico, e valorizaram a língua local, estabelecendo o ensino público em esloveno. Todavia, como a economia local foi prejudicada pelo fechamento das fronteiras com o Império Austríaco e os impostos aumentaram, os invasores franceses não lograram obter apoio popular. Em 1813, os franceses retiraram-se da região, expulsos pelo exército austríaco.

A partir da primeira metade do oitocentos, organiza-se movimento nacional independentista esloveno. Ao final do século XIX, muitos círculos políticos e culturais eslovenos defenderam a ideia de união dos “eslavos do sul” como forma de conquistar a autonomia em relação ao Império Austro-Húngaro, por meio do acréscimo de uma terceira unidade, eslava, àquele

arranjo monárquico. Apesar disso, a ideia nunca foi bem aceita pelas camadas populares e foi igualmente rejeitada por intelectuais eslovenos, que viam o percurso histórico particular de cada um daqueles povos como obstáculo à formação de uma identidade nacional comum.

A Primeira Guerra Mundial marcou o fim do derrotado Império Austro-Húngaro e a emergência de várias novas nações independentes: a Hungria, a Polônia e a então Tchecoslováquia. Também os pan-eslavistas conseguiram finalmente unir todos os eslavos do Sul em um Estado único, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Os eslovenos sentiram-se cercados pelo predomínio sérvio e pelo centralismo imposto pela dinastia dos Karadjorjevic. O novo Reino, que compreendia ainda a Bósnia-Herzegovina, a Macedônia, o Montenegro e as províncias de Vojvodina e Kosovo, incluía seis nações (a sérvia, a croata, a eslovena, a macedônia, a montenegrina e a bosniaca), três religiões (católica, ortodoxa e muçulmana), três línguas (esloveno, macedônio e servo-croata) e até dois alfabetos (cirílico e latino). Apesar de serem todos “eslavos do sul”, a criação do Reino não foi harmônica, havendo oposição por parte de movimentos independentistas e até pró-austríacos em várias das nações que faziam parte do novo país.

De modo a tentar conter a instabilidade e a escalada terrorista, em 1929, o Rei Alexandre I dispensou o parlamento e instituiu um regime ditatorial. O reino passou a chamar-se Iugoslávia – terra dos eslavos do Sul, nome que realçava a sua característica comum. O governo autoritário terminou oficialmente em 1931, sem conseguir, contudo, pacificar as tensões do reino multiétnico. Apesar da instabilidade política, a Eslovênia tornou-se, no período entre-guerras, o principal centro industrial do novo Reino e a cidade de Liubliana passou por importantes transformações arquitetônicas.

Em 1941, o Regente Paulo, que havia conseguido manter até então a neutralidade do Reino da Iugoslávia, pressionado pela Alemanha e Itália, aderiu ao Pacto Tripartite. O acordo com as potências do Eixo gerou descontentamento tanto dos aliados quanto da opinião pública. O ascendente partido comunista iugoslavo liderou manifestações populares de repúdio por todo o reino e, com o auxílio da Inglaterra, o Regente Paulo foi derrubado. Pedro II, na época já com 18 anos, tornou-se o novo rei iugoslavo. Em 1941, a Segunda Guerra Mundial chegou à Iugoslávia, com a invasão das tropas alemãs e italianas, e Pedro II não teve opção senão capitular e constituir, em Londres, um governo no exílio.

O território iugoslavo foi dividido entre os invasores, cabendo ainda partes à Bulgária e à Hungria. A Eslovênia foi dividida entre os ocupantes italianos, alemães e suas nações aliados.

Com o início da invasão, uma larga plataforma do movimento da resistência “Frente de Liberação Nacional Eslovena” foi formada.

A Eslovênia, no entanto, não ficou imune à violenta guerra civil que se travou entre os diversos movimentos de resistência iugoslavos. Em decorrência, forças comunistas ficaram fortalecidas e vieram a predominar na cena política do país no final da Guerra.

Os partisans eslovenos, em cooperação com os outros partisans e com os Aliados, lograram liberar todo o território étnico esloveno.

Com o final da Guerra e a vitória dos Aliados em 1945, venceram também os partisans, que já haviam sido reconhecidos internacionalmente como os libertadores da Iugoslávia. Jozip Broz Tito, o comandante dos partisans, chefiou governo provisório em Belgrado e, até a sua morte em 1980, permaneceu como líder da Iugoslávia. A Eslovênia foi integrada como uma das seis repúblicas da Federação, junto com a Sérvia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedônia e o Montenegro.

O grau de autonomia das repúblicas variou consideravelmente ao longo da história da federação.

Todas as repúblicas possuíam, contudo, seus próprios símbolos nacionais, e as línguas nacionais se mantiveram nas escolas e nas instituições culturais. Apesar da sintomática repetição do apelo à “fraternidade e unidade do povo iugoslavo” nos discursos de Tito, não parece ter existido verdadeiramente uma nação iugoslava e os políticos, desde cedo, perceberam as vantagens de defender os interesses das repúblicas. Em tentativa de amenizar os ímpetos nacionalistas, Tito realiza, nos anos de 1970, reformas para aumentar o grau de autonomia das repúblicas. A partir de 1971, a presidência iugoslava passou a ser rotativa, de modo a que todas as repúblicas pudessem presidir o país. A constituição iugoslava de 1974 outorgou às seis repúblicas socialistas o direito à secessão.

A Eslovênia era a república mais próspera da Iugoslávia, sendo muitas vezes apresentada, no exterior, como símbolo do sucesso do modelo iugoslavo.

Após a morte de Tito, a instabilidade fazia-se sentir por toda a Iugoslávia. Slobodan Milošević foi eleito, em 1989, presidente da Sérvia, apoiando-se em uma plataforma nacionalista de criação da “Grande Sérvia”. Pleiteava maior centralização, a implantação de currículo escolar homogêneo, retirando, inclusive, a autonomia concedida por Tito ao Kosovo e à Voivodina. Milošević respondeu com violência aos pro-

testos dos albaneses do Kosovo perante essa medida. A insatisfação com as políticas nacionalistas sérvias espalhou-se pelas outras repúblicas, sem que, no entanto, houvesse um movimento de oposição iugoslavo, mas tão somente movimentos nacionais.

Em 23 de dezembro de 1990, foi organizado plebiscito no qual mais de 88% dos eslovenos votaram a favor da independência do país e três dias depois os resultados foram divulgados. É nessa data, 26 de dezembro, que os eslovenos celebram o Dia da Independência. Passados seis meses, conforme normatizado pelo plebiscito, no dia 25 de junho de 1991, a Eslovênia declarava independência.

O Governo Central logo iniciou ofensiva para impedir a secessão eslovena e iniciou-se a chamada Guerra de 10 Dias, na qual as Forças de Defesa Territorial Eslovenas venceram o Exército Popular Iugoslavo. As ofensivas cessaram em 7 de julho quando, por meio de mediação da Comunidade Europeia, é assinada a Declaração de Brioni que, além do cessar-fogo, previa uma moratória de três meses ao movimento de secessão esloveno. A forte homogeneidade étnica da Eslovênia, onde praticamente não residiam sérvios, excluía o país do projeto da “Grande Sérvia” perseguido então pelo Governo Federal, o que colaborou para tornar curta a guerra pela independência eslovena.

A partir do dia 8 de outubro de 1991, após a moratória de Brioni, a independência da Eslovênia tornou-se efetiva. Em 26 de outubro daquele mesmo ano, o último soldado iugoslavo se retira do país. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Eslovênia em 24 de janeiro de 1992. Em maio do mesmo ano, a Eslovênia tornou-se membro permanente da Organização das Nações Unidas. No primeiro aniversário do plebiscito pelo qual os eslovenos optaram pela independência, em 23 de dezembro de 1991, foi aprovada a Constituição estabelecendo a República Democrática Parlamentarista da Eslovênia.

Desde então, a Eslovênia entrou em processo de transformações políticas e econômicas para a implementação da democracia e da economia de mercado plena. O país desfruta atualmente da renda *per capita* mais elevada de todas as economias de transição da Europa Central. Em 2004, a Eslovênia aderiu à União Europeia. Em 2007 foi introduzido o euro, juntando-se o país à união monetária europeia. Em 2008, a Eslovênia, como o primeiro entre os novos países membros da UE, presidiu seu Conselho.

Economia

A Eslovênia sempre foi a república mais desenvolvida da então federação iugoslava, apresentando um parque industrial bastante diversificado. Nos anos noventa, experimentou taxas elevadas de crescimento econômico, destacando-se entre os países da UE.

A indústria eslovena é hoje orientada para a exportação e representa aproximadamente 31,2% do PIB (dados de 2010). Os segmentos que mais se destacam são o farmacêutico, o de componentes automotivos, de aparelhos elétricos, de produtos metalúrgicos, de mobiliário e o têxtil. Outros setores da economia igualmente fortes são as indústrias de aparelhos e utensílios elétricos para uso doméstico, a de alimentação, a metalúrgica e a química.

Algumas empresas eslovenas são conhecidas por fabricarem produtos de alta capacidade de inovação, como por exemplo, os barcos à vela Seaway, os aviões ultraleves Pipistrel, os aparelhos domésticos Gorenje e os esquis Élan.

O setor de serviços é o mais importante da economia eslovena, compondo cerca de 66,4% (2010) do PIB e mais da metade do lucro das empresas. Os setores que mais se destacam são o de turismo, o financeiro e o comercial.

O setor agropecuário, junto com a silvicultura e a pesca, contribui com menos de 2,4% (2010) do PIB da Eslovênia e emprega em torno de 5% da população economicamente ativa.



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Eslovênia
CAPITAL	Liubiana
MAIORES CIDADES	Liubiana, Maribor, Kranj, Koper
ÁREA	20.273 km ²
POPULAÇÃO	2.050.189 (em 01/01/2011)
IDIOMAS	Esloveno (oficial), Servo-croata, outros
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (57,8%); muçulmanos (2,4%); ortodoxos (2,3%); outros (37,5%).
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Danilo Türk
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Janez Janša
PIB (2011)	US\$ 52,430 bilhões
PIB “per capita” (2011)	US\$ 25.939
UNIDADE MONETÁRIA	Euro

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br